

EDITORIAL

Apresentamos o terceiro número do volume 20 da Revista REDES, referente ao terceiro quadrimestre de 2015. A Revista REDES (ISSN 1982-6745), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e ao Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Regional – CEPEDER, criada em 1996 e publicada de forma regular e ininterrupta desde então, passou a ter sua editoração em formato eletrônico a partir de 2007, hospedada no Portal de Periódicos Online da Universidade de Santa Cruz do Sul e vinculada ao SEER – Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas do IBICT. Seguindo a política de editoração de revistas acadêmicas no país, filiadas à estratégia internacional de fomento do acesso livre ao conhecimento, a Revista REDES disponibiliza os resumos e artigos completos de forma gratuita para os leitores.

Reafirmamos nosso compromisso de, através da Revista REDES, proporcionar um espaço não somente de divulgação de estudos e de pesquisas, mas, acima de tudo, de reflexão e de debate sobre diferentes temáticas relacionadas ao desenvolvimento regional. E é nessa direção que, no presente número, disponibilizamos para nossos leitores um conjunto de vinte e dois artigos, cujos autores (num total de 46) estão vinculados a Instituições de vários estados e regiões do Brasil: são quatro Instituições do Rio Grande do Sul, uma de Santa Catarina, cinco do Paraná, duas de São Paulo, quatro de Minas Gerais, uma do Rio de Janeiro, uma de Goiás e uma do Distrito Federal, uma do Ceará e uma do Rio Grande do Norte, uma do Acre, uma do Mato Grosso do Sul e uma do Pará. Além destas Instituições, temos a contribuição de uma autora vinculada à *Université du Québec*, do Canadá.

O número está dividido em dois blocos de artigos. No primeiro são apresentados artigos que abordam as seguintes temáticas: migração e trabalho e organização dos mercados de trabalho. Ao colocarmos esses artigos num mesmo bloco, de abertura do presente número da Revista REDES, queremos destacar a importância dessas temáticas nas sociedades contemporâneas.

A temática “trabalho e organização dos mercados de trabalho” transcende conjunturas, contribuindo para a compreensão da dinâmica das sociedades em qualquer período histórico; no entanto, em nosso tempo, as mudanças que se observam no trabalho e na organização dos mercados de trabalho, seja em decorrência de processos de reestruturação produtiva, seja em decorrência das políticas econômicas adotadas pelos governos, coloca essa temática entre as mais importantes, permitindo compreender mudanças que ocorrem na vida dos indivíduos e das coletividades a partir de uma dimensão que é de fundamental importância para os seres humanos: o trabalho.

A temática “migração”, por sua vez, não é menos importante, ganhando destaque em nosso tempo através das informações que, diariamente, chegam até nós sobre a situação de milhões de migrantes que estão sendo deslocados, em especial de países africanos e asiáticos, migrando (em condições caracterizadas por

diferentes tipos de precariedade), principalmente, para os países europeus. A migração, no contexto da globalização, coloca-se como opção e como caminho, para milhões de seres humanos, para destinos onde possam fugir de condições adversas e onde possam alimentar esperanças de uma vida mais digna; mas, apresenta-se também como um desafio para as sociedades contemporâneas, cobrando uma maior compreensão acerca das trajetórias individuais e coletivas, as tensões e os conflitos inerentes às dinâmicas migratórias, a necessidade de ações de integração às populações que migram etc.

No segundo bloco apresentamos artigos que trazem ao debate temas relevantes para o aprofundamento de reflexões e análises sobre Desenvolvimento Regional.

O artigo de **Marden Barbosa de Campos**, *A Dimensão Espacial das Redes Migratórias*, abre o primeiro bloco temático, abordando "Migrações". No artigo, o autor destaca a importância das redes sociais em movimentos migratórios, indicando que o fato dos indivíduos residirem em localidades específicas, tanto antes como depois da migração, configura redes de lugares, que formam espaços de migração. Para o autor, pode-se afirmar que as redes migratórias apresentam um caráter multidimensional ao serem compostas, em uma posição, por relações entre pessoas, famílias ou organizações enquanto, em outra dimensão, localizem-se redes de domicílios, cidades e países. Ao se articularem em escalas diferenciadas, as redes migratórias atuam como agentes da produção espacial.

No artigo seguinte, *Perspectivas de Inserção Social dos Trabalhadores Oriundos de Bangladesh e do Senegal na Comunidade Rondonense*, **Paulo César da Silva Ilha**, **Valdir Antonio Galante**, **Manoel João Ramos** e **Moacir Piffer** analisam como ambientes institucionais, organizacionais e econômicos podem influenciar na inserção social de trabalhadores estrangeiros em comunidades receptoras de imigrantes. Com base em pesquisa realizada no estado de Rondônia, os autores sugerem que existe uma forte influência do ambiente institucional e econômico no que diz respeito às políticas de imigração entre os países e a inserção social dos imigrantes na comunidade acolhedora. Além disso, existe também um ambiente instável, visualizado por um grande número de variáveis que se apresentam, ao mesmo tempo, altamente influentes e também dependentes. No caso de Rondônia, a variável de maior influência está no ritmo de trabalho adotado pelas agroindústrias. Desta forma, o ambiente institucional deve ser aprimorado e iniciar o processo de melhorias, seja no campo das políticas migratórias assim como no desenvolvimento de ações que proporcionem melhor qualidade de vida aos imigrantes e à comunidade local, criando assim, um ambiente de alta convergência para a integração entre comunidade local e comunidade imigrante.

Em seguida, **Ricardo Ojima** e **Tiago Carlos Lima do Nascimento**, no artigo *Nos Caminhos para o Nordeste: Reflexões sobre os Impactos Diretos e Indiretos da Migração de Retorno no Período Recente*, analisam as recentes mudanças nos fluxos migratórios no Brasil, mais especificamente a crescente importância da migração de retorno e seus efeitos indiretos para o Nordeste brasileiro. Com base em dados de Censos Demográficos, os autores observam a importância dos fluxos de retorno migratório para o Nordeste e como os membros dessas famílias de

pessoas retornadas contribuem para os fluxos migratórios em direção ao Nordeste. Para os autores, a caracterização destes fluxos se configura como elemento importante para entender os novos espaços de migração no Brasil, especialmente a região Nordeste.

Na sequência, **Cinara Neumann Alves** e **Marco André Cadoná**, no artigo *Imigração Árabe e Comércio de Fronteira: uma Análise da Influência da Cultura nas Atividades Comerciais Desenvolvidas por Imigrantes e por Descendentes de Imigrantes Árabes na Fronteira entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai)*, analisam como a cultura influencia as ações econômicas de descendentes de imigrantes árabes que atuam como comerciantes em regiões de fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Através da identificação de diferentes fluxos da imigração árabe na fronteira entre Santana do Livramento e Rivera, o estudo mostra que a cultura faz diferença no comportamento econômico dos descendentes de imigrantes árabes, ainda que seja significada e resignificada pelas diferentes gerações que constituem a história da comunidade árabe na região fronteira analisada.

No artigo *O COREDE Alto Jacuí no Contexto da PNDR/CNDR: Reflexões sobre a Questão Migratória*, **Grazielle Betina Brandt**, **Rogério Leandro Lima da Silveira** e **José Carlos Severo** propõem uma discussão sobre a utilização de alguns indicadores tradicionais como critérios de elegibilidade para beneficiários de políticas públicas, no caso a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Tomando como referência informações econômicas e demográficas da região do COREDE Alto Jacuí, no Rio Grande do Sul, e a proposta dos representantes daquela região na Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR), prevendo a utilização dos fluxos migratórios como um dos critérios de elegibilidade para a nova PNDR, os autores procuram evidenciar que a dinâmica econômica é uma variável importante a ser considerada na análise dos fluxos migratórios regionais; mas, no entanto, para que o fenômeno migratório seja tratado de forma mais abrangente é necessário, segundo os autores, incluir variáveis que perpassam os sentidos dos movimentos migratórios.

A temática "trabalho" inicia com o artigo de autoria de **Sandino Hoff** e **Isa Maria Formaggio Marques Guerini**, intitulado *As relações Sociais no Cultivo da Cana-de-Açúcar e os Novos Métodos Introduzidos no Trabalho – Municípios de Mirandópolis, Lavínia e Valparaíso – SP*, analisando as alterações ocorridas na base técnica no cultivo de cana, mediante o aumento do capital constante, e as conseqüências dessas alterações para os trabalhadores rurais. Tomando como referência uma pesquisa realizada nos municípios paulistas de Mirandópolis, Lavínia e Valparaíso, os autores registram o domínio de oligopólios sobre a terra e sobre a produção, do que resultam dinâmicas de reorganização do trabalho no mundo rural. Nesse contexto, com a mudança da base técnica, o trabalhador exigido no cultivo da cana não é mais o morador do campo, mas é o operário urbano. Assim, concluem os autores, o movimento do capital no setor sucroenergético influencia nas características do labor rural, formando um exército de reserva industrial e determinando, inclusive, as regras aos produtores independentes que fornecem cana às usinas.

Em seguida, **Joyciane Coelho Vasconcelos** e **Jair Andrade Araújo**, no artigo *Efeitos Distributivos do Salário Mínimo no Mercado de Trabalho Cearense*, analisam a contribuição do salário mínimo para o processo de desconcentração dos rendimentos no mercado de trabalho do estado do Ceará no período entre 2002 e 2012. Tomando como referência os dados da Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os autores demonstram que o salário mínimo, o grau de formalização e os atributos pessoais tiveram impactos desconcentradores, tanto entre trabalhadores quanto entre trabalhadoras, ressaltando que, entre as trabalhadoras o efeito desconcentrador do salário mínimo foi mais intenso.

Na sequência, o artigo de **Diego Camargo Botassio** e **Gilson Batista de Oliveira**, *Evolução Setorial do Emprego nas Microrregiões Paranaenses*, analisa o comportamento do emprego formal das mesorregiões do estado do Paraná, no período entre 2007 e 2013, com o intuito de observar não somente o desempenho das mesorregiões, mas, também, os setores econômicos que mais se destacaram. Os autores destacam a heterogeneidade das mesorregiões paranaenses, ainda que indiquem que as regiões Sudoeste e Centro Sul foram as que apresentaram maiores crescimentos relativos do emprego formal e que a indústria de calçados e da construção civil foram os setores econômicos mais dinâmicos.

No artigo *Eficiência do Gasto Público na Formação do Capital Humano*, **Martin Airton Wissmann** discute a eficiência do gasto público com o ensino fundamental (séries iniciais). A partir da teoria do capital humano, o autor pressupõe que a educação pode interferir de forma determinante no futuro de uma pessoa, sobretudo quando apresenta qualidade nas séries iniciais; nessa direção e tomando o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) como um indicador de qualidade do ensino, o autor analisa os gastos com ensino fundamental realizados pelos municípios do Oeste do estado do Paraná, no período entre 2006 e 2011. A análise apresentada demonstra que a evolução nos resultados do IDEB foi proporcionalmente menor do que o crescimento dos gastos com educação, denotando falhas na formação de Capital Humano.

No artigo *Politecnia e Trabalho Associado em Cooperativas Populares: Estudo de Caso em uma Cooperativa no RS*, **Caio Luis Chiariello** e **Farid Eid** apresentam os dados de uma pesquisa realizada em uma cooperativa popular autogestionária localizada no Rio Grande do Sul. A partir da pesquisa realizada, os autores discutem o conceito de politecnia, destacando sua importância para a formação de trabalhadores omnilaterais, detentores dos conhecimentos técnicos e científicos para a execução das atividades e tendo o domínio das ferramentas de gestão da produção e do processo de trabalho.

Fechando esse bloco temático, **Luiz Victor Pittella Siqueira**, **Dunia Comerlatto** e **Jesica Mai**, no artigo *Perspectivas da Economia Solidária em Microrregiões do Oeste Catarinense*, propõem uma análise sobre economia solidária, em especial no que diz respeito à gestão dos empreendimentos solidários, às instituições de apoio e aos desafios políticos. Tomando como referência empírica experiências de economia solidária do Oeste Catarinense, os autores destacam, como características importantes dos empreendimentos de

economia solidária, o uso proeminente da associação como formalização jurídica, a ênfase na produção de alimentos e de artesanatos, a geração complementar da renda, o modo autogestionário, do qual resulta uma maior integração entre os sócios dos empreendimentos. Por outro lado, indicam diferentes dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos de economia solidária: a baixa escolaridade dos trabalhadores; a importância de diversificar e diferenciar os produtos; o pouco envolvimento dos associados na gestão dos empreendimentos; a limitada abrangência comercial e a participação em redes; a necessidade de uma formalização jurídica adequada para ampliar as possibilidades comerciais e de investimentos. Observam, no entanto, uma diversidade de instituições de apoio aos empreendimentos solidários, proporcionando acesso à infraestrutura, à orientação técnico-gerencial, à qualificação profissional e política. Os autores concluem afirmando que, em que pese as dificuldades, os Empreendimentos Econômicos Solidários, como unidades de trabalho sócio-produtivo, são capazes de gerar processos de participação, de auto-gestão e de desenvolvimento regional mais igualitário e sustentável.

Na sequência deste número da *Redes*, trazemos artigos que abordam temas relevantes ao Desenvolvimento Regional, iniciando com o artigo *As implicações do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família na Alfabetização dos Beneficiários no Município de Santa Maria – RS*, de autoria de **Rita Inês Paetzhold Pauli** e **Laura Haesbaert**, que analisa o desenvolvimento do Programa Bolsa Família no município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, mostrando o “impacto” do referido Programa na alfabetização das famílias beneficiadas. De acordo com a análise apresentada pelas autoras, quanto maior a proporção de pessoas receptoras dos benefícios do Programa Bolsa Família, maior é o acréscimo na proporção de alfabetizados. O Programa, no entanto, salientam as autoras, não é capaz de diminuir todas as adversidades enfrentadas pelos setores mais empobrecidos do município de Santa Maria, sendo necessárias, nesse sentido, políticas macroeconômicas mais amplas de crescimento econômico (aumento da renda per capita combinado com melhor distribuição de renda).

No artigo *A ‘História’ do Atraso Brasileiro - Uma releitura de Celso Furtado e Raymundo Faoro na ótica da Nova Economia Institucional de Douglass North*, **Clério Plein** busca nas obras de Celso Furtado e Raymundo Faoro, explicações para o atraso brasileiro que atualmente ainda pode ser percebido em função da pobreza e desigualdades sociais que afetam uma grande parcela da população. Trata-se de um ensaio teórico e o método consiste numa releitura desses intérpretes do Brasil com base num terceiro autor, Douglass North, representante do que se convencionou chamar de Nova Economia Institucional. Como principal conclusão destaca que os três autores, ao analisarem os problemas que afetam o desenvolvimento de um país, possuem em comum a ênfase nas instituições, na história e no papel das elites.

Ilva Ruas de Abreu, Laurindo Mekie Pereira e Edi de Freitas Cardoso Junior, no artigo intitulado *Em busca do Desenvolvimento Regional: Os Intelectuais e suas propostas para o Norte de Minas Gerais*, apresentam um estudo acerca das ideias e ações de três intelectuais atuantes no norte de Minas Gerais, na segunda metade

do século XX, no contexto de sua modernização econômica: o empresário Luiz de Paula Ferreira, o médico e líder político Pedro Santos e o economista Alfredo Dolabella Portela Filho. O objetivo é investigar a trajetória desses três personagens, identificando e discutindo as suas visões e propostas para o desenvolvimento regional.

No artigo *Sociedade Civil, Instâncias Participativas e Desenvolvimento: o caso dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento no Estado do Rio Grande do Sul*, **Claudia Tirelli** apresenta uma discussão sobre a literatura produzida no Brasil, a partir da década de 1990, em torno dos conceitos de sociedade civil, capital social, participação e desenvolvimento, problematizando os seus aspectos normativos e as suas limitações para a compreensão dos processos verificados empiricamente na sociedade brasileira contemporânea. A partir de uma pesquisa sobre os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) no RS, buscou investigar como vem se alterando a atuação desses fóruns nas últimas duas décadas e de que forma tem se dado a participação dos distintos atores sociais regionais nesses espaços.

Em seguida, **Muriel Pinto e Ronaldo Colvero**, no artigo *Integração ou Separação? uma reflexão sobre a Fronteira Cultural São Borja-Brasil/Santo Tomé-Argentina a partir da análise da construção da Ponte da Integração*, analisam a relação marcada por processos de câmbios culturais, sociais, e econômicos, que caracterizam essa área de fronteira desde o período reducional (século XVI), que tem como limite o rio Uruguai, corpo d'água que foi de grande importância para as comunicações culturais, comércio da erva-mate, acesso na Guerra do Paraguai, e para as práticas ribeirinhas na atualidade. O estudo centrou-se em analisar as relações socioculturais da fronteira, voltando-se para interpretação das articulações políticas durante o período de construção da ponte da integração, das representações sociais, e das identidades socioterritoriais.

No artigo *O Patrimônio Local como um fator de Desenvolvimento: Potencialidades Turísticas de Jaguarão-RS*, **Juliane Serres e Juliana Jasper** abordam o patrimônio local como um elemento de identidade que atualmente vem se convertendo em um importante componente de motivação para o turismo. O centro urbano de Jaguarão, avaliado como maior conjunto histórico e paisagístico protegido no Rio Grande do Sul, localizado no sul do estado, na fronteira entre Brasil e Uruguai, foi considerado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) Patrimônio Cultural Brasileiro desde 2011. O texto discute as possibilidades do aproveitamento do patrimônio de Jaguarão como uma alternativa para o turismo e o desenvolvimento local.

No artigo intitulado *As Paisagens da Transição Energética: uma perspectiva política*, a canadense **Marie-José Fortin** discute a transição energética que, para além de grandes objetivos genéricos, necessita ser traduzida em políticas e em projetos concretos. A implementação destes últimos, frequentemente na forma de amplos sítios de produção de energia, provoca fortes reações nos territórios, entre outros, em nome da paisagem. Entretanto, ao invés de reconhecer neste fato uma reação sistemática de oposição, sugere considerar a paisagem enquanto uma forma de testar o nível de territorialização das propostas realizadas em nome da transição energética: na qualidade de arcabouço cognitivo e político, a paisagem

permitiria deste modo confrontar “projeto” e “território”, e compreender se o primeiro demonstra-se coerente e representativo em relação ao futuro do segundo. Neste sentido, propõe um roteiro de análise estruturado em três níveis, referindo-se a abordagens teóricas complementares, que são: a paisagem 1) como representação social, 2) como instrumento e objeto negociado e 3) como paradigma societal. O recente desenvolvimento da matriz eólica no Québec ilustra como a “paisagem” poderia ser mobilizada neste sentido.

Fernando Negret Fernandez e Elimar Pinheiro do Nascimento, no artigo *Prioridades Socioambientais em Bairros de Goiânia, Goiás*, analisam prioridades socioambientais em bairros pobres, entendendo-as como aspectos materiais e imateriais que determinam as condições de vida digna da população e que, portanto, devem ser atendidos e supridos em primeira instância. A pesquisa realizada com as lideranças locais e os agentes sociais representativos dos bairros selecionados, consultou as prioridades nos oito bairros mais pobres da cidade de Goiânia, capital de Goiás, conforme informação fornecida pelo Instituto Mauro Borges. Goiânia é uma cidade planejada, mas que sofreu acelerada urbanização e ocupação desordenada, causada, principalmente, pela construção de Brasília e ocupação do cerrado pelo agronegócio. A conclusão mais imediata é a de que segurança e saúde são as prioridades com maior reivindicação, o que coincide com as demandas em outras cidades brasileiras.

Na sequência o artigo *Desenvolvimento Regional e Geoprocessamento: contribuições para Zoneamento Econômico e Ambiental de Rio Branco – AC/ZEAS*, de **Lorena Costa Irmão** analisa a crescente demanda dos Governos e Sociedade por informações, sejam elas do meio rural ou urbano, expressa nos diversos Zoneamentos, contexto em que o Geoprocessamento tem sido uma ferramenta essencial, pois utiliza técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação geográfica e vem influenciando de maneira crescente as áreas de Cartografia, Análise de Recursos Naturais, Transportes, Comunicação, Planejamento Urbano, Regional e Rural. Rio Branco, Capital do Estado do Acre, vem estabelecendo estratégias de desenvolvimento regional e local com base no Programa de Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural de Rio Branco (ZEAS), considerado um instrumento estratégico e de sustentabilidade que contribui significativamente para o planejamento e reorientação das políticas públicas, dando suporte à gestão territorial e subsidiando a tomada de decisões do setor privado e da sociedade em geral. Este estudo, portanto, insere-se num esforço para entender as contribuições e estratégias integradas de desenvolvimento regional com uso do Geoprocessamento para levantamento de diversas informações para o ZEAS.

No artigo *Fatores da Modernização Agrícola no Paraná para os anos de 1995 e 2006*, **Edson Ramos de Medeiros, Marcia Regina Gabardo da Camara e Carlos Eduardo Caldarelli** analisam os determinantes da modernização do setor agrícola do Paraná para os anos de 1995 e 2006. A fonte de dados utilizada foi o Censo Agropecuário do Brasil (IBGE). Dois métodos foram empregados para o tratamento e análise de dados, a saber, análise fatorial e análise espacial de dados. A análise fatorial permitiu construir o Índice de Modernização Agrícola (IMA) e a

Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) possibilitou verificar padrões de concentração espacial do índice. Os resultados mostram que os indicadores que mais contribuíram na formação do IMA foram, respectivamente: a maquinaria; adubos e corretivos; sementes e mudas; defensivos agrícolas e; irrigação. Foram identificados três clusters de baixo IMA, e seis clusters de alto IMA no Estado. Este estudo permitiu concluir que os clusters de baixo IMA ocorrem em áreas de baixo IDH, de relevo e solo inaptos ou com restrições à mecanização, de menor fertilidade, vulneráveis a erosão, baixa produtividade agropecuária e pouco capitalizada. Por outro lado, os clusters de alto IMA ocorrem em áreas de melhores IDH, com relevo apto a mecanização, solos férteis e com baixa restrição à produção agropecuária, em suma, regiões de alta produtividade e capitalização.

Carlos Otávio de Freitas, Marília Fernandes Maciel Gomes, Fernanda Maria de Almeida e Fernanda Aparecida, no artigo *As Medidas Aplicadas aos acordos SPS e TBT sobre as exportações Brasileiras de Fumo*, analisam os efeitos das medidas não tarifárias, especificamente as medidas sanitárias e fitossanitárias - SPS e medidas técnicas - TBT, sobre as exportações brasileiras de fumo nos períodos subsequentes à emissão das notificações. Para tal, foi estimado um modelo gravitacional utilizando uma amostra de 89 países importadores do fumo do Brasil entre o período de 1997 a 2011. O método utilizado na estimação das equações foi o modelo Poisson-Pseudo Maximum Likelihood (PPML). Os resultados obtidos mostram que as medidas sanitárias e, ou, fitossanitárias (SPS) afetaram negativamente o fluxo internacional do comércio de fumo. Apesar da maior parte das notificações ao fumo estarem associadas a medidas técnicas, os resultados indicaram que elas não configuraram barreiras ao comércio de fumo.

Boa leitura a todos!

Virginia Elisabeta Etges e Marco André Cadoná
Editores